



ENCONTRO GUTERRES/ANMP

Governo garante cumprimento da Lei das Finanças Locais

O Primeiro Ministro e a Associação Nacional de Municípios Portugueses mantiveram, em Lisboa, o primeiro encontro formal entre o Chefe do Governo e a Direcção da ANMP, reunião que evidenciou, de acordo com Mário de Almeida, um clima de abertura que não era habitual em São Bento, enquanto mostrava os primeiros sinais visíveis de que as relações entre o Governo e as Autarquias entraram numa nova fase.

Nas palavras do Presidente da

ANMP, a certeza, afirmada por António Guterres, de que a Lei das Finanças Locais vai ser cumprida nas suas diversas vertentes, é um dado inquestionável, sendo que o Primeiro Ministro prometeu a concessão de compensações aos Municípios por conta das isenções decretadas pelo Governo em relação a impostos que constituem receitas próprias dos Municípios.

Um lugar de maior relevo na distribuição dos fundos do II Quadro Comu-

nitário de Apoio; a concordância quanto à abolição do visto prévio do Tribunal de Contas em determinadas despesas; e a grande abertura expressa quanto à proposta de revogação de aspectos da Lei da Tutela das Autarquias, são outros aspectos a destacar durante a reunião de trabalho agora mantida entre o Primeiro Ministro e o Conselho Directivo da ANMP.

Pág. 3

Mário de Almeida defendeu valorização dos Centros Históricos

Importantes espaços de cultura e convívio, é urgente que o Governo e Bruxelas proporcionem meios adequados à sua reabilitação, sublinhou o Presidente da ANMP, Mário de Almeida, na Sessão Solene de Abertura do 3º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, que decorreu em Viana do Castelo.

Relevando a importância daqueles pólos fundamentais de convívio e de solidariedade, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que falava para mais de uma centena de Autarcas reunidos naquela organização da Câmara Municipal de Viana do Castelo, afirmou que sem técnicos competentes não haverá hipóteses de salvaguardar e reanimar os Centros Históricos das nossas urbes.

Pág 7



RECEBIDO NA ANMP

Governador Provincial do Huambo procura dinamizar as geminações

A Associação Nacional de Municípios Portugueses recebeu, na sua Sede, em Coimbra, no passado dia 2, o Governador Provincial do Huambo, Baltazar Silva, que se fazia acompanhar pelo seu assessor de imprensa, pelo director da Rádio do Huambo e por um dirigente da Associação Industrial daquela Província de Angola.

Recebidos pelo Secretário-Geral, da troca informal de opiniões resultou, designadamente, um pedido daquele Governador no sentido da ANMP, através dos Municípios seus Associados, dinamizar um processo que conduza a uma "pool" de geminações com as Autoridades Locais da Província do Huambo (onze Municípios e 42 Comunas), enquanto génese de uma cooperação descentralizada com Angola, a alargar no futuro. Paralelamente, era convidada uma Delegação

da ANMP para se deslocar ao Huambo, no próximo ano, em data a agendar.

Durante a reunião de trabalho, Artur Trindade começou por historiar a vida da entidade representativa do Poder Local, para depois se debruçar sobre as características estruturantes da ANMP, uma Associação de direito privado que congrega, de modo voluntário, todos os 305 Municípios portugueses.

Sublinhando que a ANMP, fruto de uma acção não partidária — apesar de agregar no seu seio Municípios de todos os partidos —, mas essencialmente de política autárquica, ganhou credibilidade na opinião pública e nas instituições polí-

ticas nacionais e internacionais, o Secretário-Geral destacaria, também, o empenhamento do Poder Local na cooperação descentralizada com outros países, em especial com aqueles de língua oficial portuguesa.



***A Delegação
da ANMP
em Lisboa
apoia logisticamente***

***Rua Domingos Sequeira,
72 - 2º F, 1300 Lisboa
Telefones 600308 / 605633 / 605754
Telex 42410***

PRIMEIRO ENCONTRO FORMAL

Primeiro Ministro recebeu Conselho Directivo da ANMP

O Primeiro Ministro e a Associação Nacional de Municípios Portugueses mantiveram no passado dia 29 de Novembro, em Lisboa, o primeiro encontro formal entre o Chefe do Governo e a Direcção da ANMP, reunião que evidenciou, de acordo com Mário de Almeida, um clima de abertura que não era habitual em São Bento, enquanto mostrava os primeiros sinais visíveis de que as relações entre o Governo e as Autarquias entraram numa nova fase.

Nas palavras do Presidente da ANMP, a certeza, afirmada por António Guterres, de que a Lei das Finanças Locais vai ser cumprida nas suas diversas vertentes, é um dado inquestionável, sendo que o Primeiro Ministro prometeu a concessão de compensações aos Municípios por conta das isenções decretadas pelo Governo em relação a impostos que constituem receitas próprias dos Municípios.

Paralelamente a esta garantia, importa acrescentar a inclusão, no Orçamento Suplementar para este ano, de uma verba de 1,5 milhões de contos destinada a satisfazer uma exigência da ANMP após a aprovação do último Orçamento de Estado, e que corresponde a uma rectificação do cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro atribuído às Câmaras, e relativo aos dois últimos meses deste ano.

Para além da garantia de não manipulação das receitas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) — como afirmaria o Ministro do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, que acompanhava António Guterres —, o Chefe do Governo reconheceu a importância da atribuição aos Municípios de um lugar de maior relevo na distribuição dos fundos do II Quadro Comunitário de Apoio, enquanto evidenciava a sua concordância quanto à abolição do visto prévio do Tribunal de Contas em determinadas despesas, sem prejuízo do controlo “à posteriori” da legalidade dos actos que as

originam.

Por outro lado, foi naturalmente bem recebida pela Delegação da ANMP a grande abertura expressa por António Guterres e João Cravinho quanto à proposta de revogação de aspectos da Lei da Tutela das Autarquias que equipara irregularida-

Administração do Território, após o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses se encontrará com os restantes responsáveis sectoriais do Executivo, designadamente para debate de numerosos problemas pendentes e, em especial, a transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, que o Gover-



des processuais a ilegalidades graves, capaz de fazer perder o mandato dos Autarcas. Porque, como dizia o Ministro do Planeamento, sem perder de vista o combate à corrupção onde ela exista de facto, o objectivo é fazer com que os Autarcas sintam que a sua honorabilidade e dedicação ao serviço público é compreendida.

Entretanto, e na busca da concretização do clima de abertura, ficaram desde logo agendadas duas reuniões com os Ministros da Educação e do Planeamento e

no considera como contrapartidas necessárias para levar por diante a sua intenção de duplicar os financiamentos às Autarquias no prazo de cinco anos.

Dentro de três meses — sublinhou Mário de Almeida no final do encontro — realizar-se-á uma segunda reunião entre o Primeiro Ministro e o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que objectiva sobretudo fazer o balanço dos encontros parciais que agora vão decorrer.

XXIII EDIÇÃO SERÁ EM LISBOA

ANMP vai realizar no nosso País Congresso Iberoamericano de Municípios

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que com esse propósito se deslocou oficialmente a Buenos Aires, apresentou e viu aprovado o programa de realização do XXIII Congresso Iberoamericano de Municípios, relevante acontecimento que, organizado pela ANMP, vai decorrer em Lisboa em 1996.

Na convocatória, o Vice-Presidente da OICI, Mário de Almeida, e Júlio César Alak, Presidente daquela Organização, convidam a uma efectiva participação os Municípios portugueses, brasileiros, espanhóis e de todos os países da América Latina — de que a Argentina, México, Perú, Cuba e S. Domingos são apenas alguns exemplos —, sendo que o certame releva, como primeiro propósito, o reforço dos laços de união entre a Comunidade de Povos e Nações que falam o português e o castelhano.

Os trabalhos têm como lema central o “Crescimento e Desenvolvimento Urbano na Fronteira do Terceiro Milénio”, e serão debatidos os grandes títulos “A Gestão Municipal do Território”, “Desenvolvimento Local e Serviços Públicos”, “Evolução dos Sistemas Urbanos” e “Política e Democracia no Município”.

A Organização Iberoamericana de Cooperação Intermunicipal - OICI, que a ANMP integra, objectiva como fins estatutários contribuir, no quadro das Nações latino-americanas, para o desenvolvimento, fortalecimento e autonomia dos Municípios, defender a democracia na esfera local, e promover a incorporação efectiva das Administrações Locais no processo de desenvolvimento nacional dos seus respectivos países.

As suas actividades dirigem-se essencialmente a actuar como centro de difusão, estímulo e intercâmbio de estudos, ideias, experiências e assistência técnica; bem como proporcionar o estabelecimento de normas que facilitem a administração municipal; e advogar os interesses municipais perante os organismos inter-



nacionais.

Promover o mútuo entendimento, cooperação e boa vizinhança entre os governos municipais da sua área de acção; estimular o estabelecimento de Institutos nacionais e internacionais de administração municipal e de ensino de técnicas de governo e administração naquela matéria, assim como fomentar a colaboração entre os mesmos para os fins referenciados; e fomentar a participação e interpretação mais directa da comunidade nos assuntos da vida local, promovendo uma maior democratização na organização e funcionamento das Administrações Locais, são

outros propósitos da OICI.

Por fim, a Organização Iberoamericana de Cooperação Intermunicipal visa prestar assistência técnica em matéria municipal aos membros que a integram; promover a organização de Associações Nacionais de Municípios e de Associações Técnicas na área municipal nos países membros; realizar periodicamente congressos, conferências e seminários nacionais e internacionais sobre temas municipais; e fomentar, através de mecanismos adequados, que todos os países latino-americanos tomem parte na OICI.

Governo e ANMP vão cooperar em políticas de Acção Social

Recorde-se, entretanto, e a propósito, que o Presidente da ANMP, Mário de Almeida, foi eleito primeiro Vice-Presidente da Organização Iberoamericana de Cooperação Intermunicipal aquando da realização, na Cidade de La Plata, do XXII Congresso da OICI.

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses reuniu em Lisboa, no passado dia 13, com o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Ferro Rodrigues, com quem equacionou, designadamente, a participação das Autarquias na área da Acção Social e, em especial, na forma de atribuição do Rendimento Mínimo Garantido.

No pressuposto de que a política de Acção Social é primordial nos dias de hoje, e que as Autarquias portuguesas sentem que o seu envolvimento pode complementar uma intervenção desejavelmente mais rentável em prol das populações, Mário de Almeida manifestou a "total abertura" dos Municípios para colaborarem com o Governo também naquela área.

No final da reunião de trabalho, o Presidente da ANMP afirmou que o Executivo Central pretende a cooperação das Autarquias no implementar do Rendimento Mínimo Garantido, para acrescentar que a futura cooperação entre o Governo e os Municípios passa pelo estabelecimento de regras precisas de funcionamento.

Ao especificar o Rendimento Mínimo Garantido, Mário de Almeida frisaria que, embora não estejam ainda definidos os moldes, por certo irão constituir-se localmente equipas que envolvam, para além das Autarquias, os representantes

das Instituições de Solidariedade Social, no sentido de que, com rigor, venham a ser contemplados aqueles que dele necessitam.

Para o Presidente da ANMP as Autarquias estão desde há muito a colaborar na detecção das manchas de pobreza — embora sem meios e sem competências —, sendo que, da parte do Governo, há agora um objectivo de cooperação. E saio daqui, enfatizava, com grande expectativa, já que em próximas reuniões iremos apresentar metas para corporizar esses objectivos.

Afirmando o seu desejo de que, em matéria de Acção Social, se passe rapidamente das palavras aos actos, Mário de Almeida congratular-se-ia, a propósito, com o aumento das pensões e com o pro-

jecto de Acção Social do Governo, enquanto relevava existirem condições para encarar os problemas de uma forma muito profunda, tanto mais, disse, que as Autarquias representam as populações, incluindo as faixas sociais mais desfavorecidas.

Já a concluir, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses sublinhou ser perfeitamente normal que o Executivo Central recorra às Autarquias para pôr em prática a sua política de Acção Social, já que o Governo não tem braços para chegar a todo o país, pelo que tem de recorrer aos que lá estão. E as Autarquias, pela sua perfeita inserção no terreno, estão em boa posição para identificar as pessoas mais necessitadas que possam vir a beneficiar das medidas de Acção Social do Governo.



EM TESSALÓNICA-GRÉCIA

XX Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa

Sob a égide do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CMRE/CCRE) e das suas 41 Secções Nacionais, representativas dos Poderes Locais e Regionais dos 26 países membros, vai realizar-se, de 22 a 25 de Maio do próximo ano, em Tessalónica, na Grécia, a 20ª edição dos Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, fórum por excelência de debate, análise e reflexão prospectivas das Colectividades Territoriais europeias.

De acordo com o programa delineado, os temas em discussão reflectem, sobremaneira, o momento em que estarão em curso os trabalhos da Conferência Intergovernamental para a Revisão do Tratado da União Europeia, e serão, em consequência, centrados na perspectiva de ser essa ocasião propícia de as Colectividades Territoriais europeias fazerem ouvir a sua voz.

Com efeito, precisa-se, o grande debate político assentará nos grandes desafios que a referida Conferência trará aos entes locais e regionais, complementado com duas Comissões de Trabalho sobre “As Condições de Desenvolvimento



Durável dos Territórios” e “Os Desafios da Sociedade de Informação”, e uma sessão especial sobre “As Colectividades Territoriais e a Cultura”, sessão esta a que não será alheio o facto de o Município de Tessalónica ser, em 1997, “Capital Europeia da Cultura”.

Como habitualmente — em Lisboa em 1990 e Estrasburgo em 1993 — a

Associação Nacional de Municípios Portugueses (Secção Portuguesa do CMRE) coordenará a participação dos Eleitos Locais nacionais, providenciando, no momento, a recolha e tratamento da informação existente para edição, em língua portuguesa, de uma brochura atinente ao evento, com o respectivo programa, fichas de inscrição, reservas hoteleiras e viagens pré e pós Congresso.

ANMP/CNPDPI

Protocolo releva protecção de dados pessoais informatizados

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados — entidade esta que tem por atribuição genérica controlar o processamento automático de dados pessoais, assegurando o rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na Lei —, acabam de celebrar um protocolo de colaboração.

De acordo com a letra daquele documento, para além das iniciativas que

a CNPDPI irá tomar no âmbito das acções de divulgação das suas competências e atribuições, a Associação Nacional de Municípios Portugueses manifesta a disponibilidade para sensibilizar os seus Associados no sentido de legalizarem os seus ficheiros e cumprirem as disposições relativas à protecção de dados pessoais, e divulgarem as atribuições e competências daquela Comissão, esclarecendo os munícipes sobre os direitos que a Lei consagra em matéria de acesso à informação e aos direitos de actualização, correcção ou

eliminação dos dados pessoais.

Paralelamente, a ANMP, segundo os princípios definidos nas cláusulas anteriores, compromete-se a divulgar, no seu Boletim e outros materiais que edite, os direitos dos cidadãos face à informática, enquanto a CNPDPI colaborará na sistematização e preparação da informação que poderá vir a servir de suporte ao esclarecimento e clarificação das suas atribuições e competências.



ENCONTRO EM VIANA DO CASTELO

Mário de Almeida defendeu valorização dos Centros Históricos

Importantes espaços de cultura e convívio, é urgente que o Governo e Bruxelas proporcionem meios adequados à sua reabilitação, sublinhou o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, na Sessão Solene de Abertura do 3º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, que decorreu em Viana do Castelo no passado dia 2 de Outubro.

Relevando a importância daqueles pólos fundamentais de convívio e de solidariedade, o Presidente da ANMP, que falava para mais de uma centena de Autarcas reunidos naquela organização da Câmara Municipal de Viana do Castelo, afirmou que sem técnicos competentes não haverá hipóteses de salvaguardar e reanimar os Centros Históricos das nossas urbes.

Na sua mensagem, Mário de Almeida começava por afirmar que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estrutura representativa do Poder Local — que acolhe, por opção própria de cada Colectividade Territorial, todos os 305 Municípios portugueses — não pode deixar de se congratular, nesta oportunidade, com a realização do III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico.

Firmado nas suas profundas raízes históricas, — dizia — o Municipalismo luso, volvida que está uma fase de infra-estruturação do país, vem sabendo cumprir os novos desígnios que se levantam na modernidade, de entre os quais avulta, natural e justamente, o desenvolvimento cultural propiciador de progresso social e económico das comunidades.

Com efeito, incumbidos da governação imediata dos interesses colectivos do mosaico político-institucional mais próximo do cidadão, os Municípios, na procura da concertação neces-



sária e dos equilíbrios mais correctos, têm procurado saber conciliar, harmoniosamente, os padrões da expansão com os da conservação dos valores patrimoniais que individualizam cada parte do todo nacional, assim caldeando, em passado e futuro, um presente cada vez mais promissor para os portugueses que, nas Autarquias, servimos.

Os Centros Históricos, na riqueza patrimonial e vivencial dos nossos Concelhos, ganharam, crescentemente — relevava Mário de Almeida —, inquestionável importância, pelo que a sua salvaguarda, preservação, revitalização e animação, passou a constituir, nos dias de hoje, vector relevantíssimo na gestão do território que herdámos e queremos deixar, sempre valorizado, às gerações vindouras.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, dizia a concluir o seu Presidente, assumindo por inteiro os seus propósitos estatutários e as res-

pensabilidades inalienáveis que resultam da sua actuação política em defesa dos valores e da dignificação do Poder Local, ela que, desde a primeira hora, surge permanentemente aberta a acolher no seu seio todos os movimentos e preocupações que fazem, no tempo, a história contemporânea do Municipalismo, regozija-se com a realização, na excelente Viana do Castelo, do III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, e augura aos seus promotores, nesta nossa convergência de interesses, os maiores êxitos e venturas.

O certame, que visou o aprofundamento da problemática da recuperação e revitalização dos “cascos” que funcionam como referência obrigatória das cidades, bem como os métodos e técnicas de investigação, objectivaria, ainda, a troca de experiências e resultados no que concerne à conservação e animação dos Centros Históricos.

PRÉMIO EUROPEU

Estrelas de Ouro da Geminação distingue a Póvoa do Varzim

O Município da Póvoa de Varzim foi uma das Colectividades Territoriais europeias distinguidas com o Prémio "Estrelas de Ouro da Geminação", galardão com que a Comissão Europeia distingue, anualmente, algumas das acções que melhor contribuem para a aproximação dos cidadãos no Velho Continente.

Pela terceira vez consecutiva a Comissão Europeia atribuiu aquele Prémio a uma dezena de acções que envolvem 41 Concelhos de países membros da União Europeia e 5 Autarquias de países da Europa Central, e que releva realizações particularmente meritórias organizadas por cidades-irmãs que foram abrangidas por uma ajuda financeira da UE.

Iniciativa que se inscreve no quadro do programa em favor das geminações elaborado na sequência de uma resolução do Parlamento Europeu, o Prémio "Estrelas de Ouro da Geminação" destina-se a recompensar cidades que evidenciaram, assim, um empenhamento



notável na construção europeia e na aproximação dos cidadãos.

O júri que deliberou a distinção, entre outros, ao Município de Póvoa de Varzim, integrava representantes da Comissão, do Parlamento, do Comité das Regiões e de duas das principais organizações do Poder Local que trabalham em prol das geminações, o Conselho de Municípios e Regiões da Europa e a Federação Mundial das Cidades Unidas e Geminadas.



REUNIÃO EM BRUXELAS

Directoria aprofunda projectos de cooperação

O Poder Local português far-se-à representar na edição especial da Directoria, uma iniciativa da Direcção Geral XVI - Política Regional e Coesão, da Comissão Europeia, que reúne de 4 a 6 de Dezembro próximo, em Bruxelas.

Congregando Eleitos de Colectividades Locais e Territoriais de toda a União Europeia, a Directoria tem por objectivo geral facilitar a concretização da cooperação interregional e transnacional através da troca de experiências e informa-

ção dos Eleitos Locais, primeiros actores no terreno da política regional, que são os decisores dos programas e iniciativas que estão à sua disposição.

Subordinados ao tema "Bolsa de Cooperação para a Preparação de Projectos Piloto do Artigo 10º do FEDER", os trabalhos, que se constituem numa edição especial e inovadora da Directoria, agregam a participação de mais de 450 Colectividades Regionais e Locais.

De acordo com a organização, os par-

ticipantes terão oportunidade de, num único local, encontrar parceiros para organizarem os seus projectos de cooperação orientados pelos 4 temas propostos no quadro do artigo 10º: inovação e transferência de tecnologia, sociedade de informação, novas bolsas de emprego, e desenvolvimento económico de base cultural, projectos que, releve-se, terão disponível um pacote de 71 milhões de ECU's de cofinanciamento da Comissão.

